



## A construção da “hegemonia” neoliberal no Brasil

Marco A. B. Paccola<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo busca compreender como o modelo político-econômico neoliberal operou a constituição de sua “Hegemonia” no Brasil a partir do final do século XX. Relacionando as mudanças na estrutura da sociedade internacional e nacional, as transformações nos grupos dominantes e a consolidação do modelo neoliberal no Brasil, o artigo aborda o contexto histórico do neoliberalismo no Brasil. Para isso, retoma a discussão do conceito de hegemonia em Gramsci, transpondo-o para a realidade política brasileira.

**Palavras-Chave:** Hegemonia, Neoliberalismo, Divisão Internacional do Trabalho.

Recebido em 07/04/2015  
Aceito para publicação em 08/06/2016

### Introdução

A partir do final da década de 70, as principais economias do ocidente iniciaram um processo de transformação de suas plataformas político-econômicas. O processo que desembocaria na ascensão política da ideologia neoliberal sobre os Estados ocidentais e que posteriormente seria difundido para grande parte dos países de todo o mundo tem início com a eleição de Margaret Thatcher em 1979, como primeira ministra Inglesa, e Ronald Reagan, em 1981, para a presidência dos Estados Unidos da América. A ascensão política do neoliberalismo é, contudo, o desfecho de um longo processo de transformação da própria estrutura das sociedades ocidentais, as conquistas neoliberais no campo da política são o reflexo deste processo, coroado pela conquista da sociedade civil e política no mundo ocidental.

Este artigo busca reconstruir o processo de consolidação do modelo político-

---

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Unesp/Marília/SP. E-mail para contato: marcopaccola@hotmail.com.

econômico neoliberal no Brasil a partir da reestruturação do contexto internacional. A adequação do país a este modelo guardou profundas divergências em relação ao processo observado nos países centrais, e foram determinadas pelas particularidades da formação política, econômica e social brasileira, que influenciaram decisivamente as relações das classes envolvidas neste processo. Sobre este contexto, erigiu-se um tipo particular de “aliança” entre setores das classes dominantes no país, que se mostrou necessário a implantação do projeto neoliberal.

Entender este processo e como os agentes e interesses se manifestaram na sua consolidação, torna-se de suma importância para a compreensão da realidade brasileira e principalmente para a construção de uma crítica capaz de apontar os limites do modelo neoliberal e, sobretudo, capaz de apontar os obstáculos impostos pela conformação histórica da estrutura de classes no Brasil ao desenvolvimento do país.

A análise divide-se em quatro tópicos e considerações finais. No primeiro, busca-se elucidar o conceito de Hegemonia segundo a teoria Gramsciana. Pretende-se desconstruir alguns erros interpretativos com relação à oposição entre estrutura e superestrutura, relacionados à teoria Gramsciana, que indicariam uma contraposição ao Marxismo. No segundo tópico, apontamos para a transformação do contexto político-econômico internacional e a ascensão do modelo neoliberal nos países centrais do sistema capitalista. Em seguida, buscamos relacionar estas mudanças no contexto internacional a uma reestruturação da esfera produtiva em escala global, que culminaria na transformação da divisão internacional do trabalho para uma nova etapa dentro do modo de produção capitalista. Finalmente, o tópico quatro pretende analisar como este processo se realizou dentro do contexto brasileiro, considerando as relações entre os grupos e classes presentes e como o neoliberalismo procurou adaptar-se à realidade brasileira, manejando com as contradições existentes no seio desta sociedade para consolidar seu projeto político-econômico.

## O conceito de Hegemonia em Gramsci

Partindo da divisão metodológica da sociedade entre Estrutura e Superestrutura realizada por Marx, Gramsci estabelece o conceito de hegemonia como sendo a constituição de um domínio sob a direção ideológica da sociedade, através do controle da sociedade civil, conquistado por uma

determinada classe. A classe dirigente difunde sua concepção de mundo, por meio do controle da sociedade civil, a ponto de torná-la senso comum entre os demais grupos sociais, enrijecendo a sua ideologia como única e dominante no contexto desta sociedade.

Para constituir uma hegemonia, contudo, pressupõe-se que a classe dirigente possua a predominância sobre o âmbito econômico, ou seja, que a classe que visa obter o domínio sob a sociedade civil necessita, antes disso, assegurar a sua predominância como classe econômica “fundamental” desta sociedade. Gramsci não pressupõe a autonomia da Superestrutura sobre a Estrutura, em oposição à teoria Marxiana. Ao invés disso ressalta que para obter o controle sobre a sociedade civil e constituir uma hegemonia, ou seja, dominar a Superestrutura, a classe deve antes assegurar a sua predominância sobre a economia, ou seja, a Estrutura. O erro da interpretação consiste em não perceber que, ao contrário de Marx, que classifica a superestrutura como sendo formada pelo Estado e sua ideologia, enquanto situa a sociedade civil no âmbito estrutural, Gramsci considera a sociedade civil como uma parte da superestrutura, responsável por realizar a intermediação entre Estrutura e Superestrutura, por isso remete tanta importância a ela (COUTINHO, 1992, p. 127-129). Para Gramsci, ambos os campos são determinantes. O campo estrutural concebe a superestrutura como um reflexo de si mesmo em um primeiro momento, posteriormente a consolidação desta ideologia erigida na estrutura no campo superestrutural torna-se fundamental para o desenvolvimento da própria base material, sem o qual a estrutura pode ter o seu desenvolvimento limitado ou mitigado por distúrbios na base intelectual, a superestrutura. A história esta repleta de exemplos de revoluções que atingiram inicialmente a ruptura hegemônica na Superestrutura, para, a partir dela, processar as mudanças no âmbito Estrutural da sociedade. Podemos citar como exemplo os casos da Revolução Russa e Cubana.

Apesar de constituir-se como uma condição necessária, a dominação material não é por si só suficiente para estabelecer uma hegemonia. É preciso ainda que a classe dirigente possua uma concepção de mundo já estruturada que possa substituir a ideologia até então dominante. Caso isto não ocorra, a classe “fundamental” da estrutura pode ter o seu domínio sobre a sociedade contrabalanceado pela classe que detiver o controle sobre a superestrutura (COUTINHO 1992. p. 121). Desta forma, a constituição de uma hegemonia torna-se improvável ou superficial, uma vez que o controle sobre a estrutura e a superestrutura esta separado entre mais de uma classe. Neste caso se estabelece um confronto, pois de um lado encontra-se a classe economicamente dominante,

forçando a substituição da ideologia hegemônica pela sua própria ideologia, de outro a classe que detém o controle hegemônico da sociedade civil, lutando para manter seus benefícios e posição na hierarquia social. O domínio de uma determinada classe sobre toda a sociedade constitui-se quando esta possui a primazia tanto no âmbito da estrutura quanto no âmbito da superestrutura. Lembrando sempre que uma hegemonia, por mais forte que seja, nunca é total, nunca uma classe pode impor sua concepção de mundo sobre todas as outras. A nobreza pôde barganhar diversas concessões da classe burguesa durante a revolução capitalista, pois mantinha uma forte influência sobre a superestrutura, apesar de já não possuir o domínio sobre a base material, “estrutural”, da sociedade. Isto ocorre porque, para Gramsci, sociedade civil e sociedade política formam a superestrutura, enquanto a base material constitui a estrutura da sociedade. Esta separação entre sociedade civil e estrutura é o que possibilita a divisão do domínio sobre uma sociedade.

*(...) a superestrutura em Gramsci não se esgota na sociedade civil, pois a Superestrutura é igual à sociedade política mais a sociedade civil, ou hegemonia reforçada pela coerção. É a sociedade política que desenvolve as funções de ditadura, coerção e dominação, por meio dos aparelhos coercitivos e repressivos, enquanto a sociedade civil tem as funções de hegemonia, consenso e direção, mediante os aparelhos privados de hegemonia (VIOLIN, 2006, p.8).*

Isto nos leva a outro ponto do conceito de hegemonia em Gramsci, que diz respeito à ordenação dos “grupos sociais” dentro da Hegemonia em uma dada sociedade. Segundo Gramsci, em uma sociedade na qual determinada hegemonia esteja estabelecida pressupõe-se a existência de uma classe “fundamental” ou dirigente, classes subalternas e classes excluídas. A classe dirigente é responsável por determinar e difundir a ideologia hegemônica, função que ela desempenha por meio de seus intelectuais. Além disso, ela possui a primazia também sobre a economia, determinando prioritariamente o desenvolvimento econômico da sociedade. As classes subalternas são “aliadas” da classe hegemônica no sentido de que, apesar de não possuírem o controle sobre os processos econômico e ideológico, estas classes aderem à hegemonia da classe dirigente conferindo legitimidade a esta, em contrapartida, podem influenciar a direção da classe fundamental e recebem ainda concessões por parte da classe dirigente, sejam elas econômicas ou ideológicas. O papel das classes subalternas é vital para a manutenção da hegemonia, uma vez que, apesar

de estarem sujeitas a dominação econômica da classe dirigente, a adesão destas classes à ideologia hegemônica não se realiza de forma automática, esta adesão é fruto dos benefícios que podem ser extraídos de tal subserviência, numa tentativa de alcançar, ou, em alguns casos, preservar condições materiais próximas às da classe dirigente. Para garantir a “absorção” das classes subalternas, a classe dirigente deve pesar os seus interesses na tomada de decisões, conquanto que estes não se oponham ou interfiram em seus próprios interesses. Por fim, existem num sistema hegemônico, as classes excluídas, as quais não fazem parte das concessões da classe dirigente e que se opõem aos interesses desta.

A hegemonia permeia todas as classes neste sistema, entretanto com níveis de adesão diferenciados, mesmo as classes que se opõem à hegemonia possuem traços característicos desta. É claro que, assim como uma hegemonia nunca é total sobre uma sociedade, ela também pode sofrer pressões por parte dos grupos sociais excluídos, uma vez que o conceito de hegemonia se enquadra dentro do conceito de Luta de classes, existe sempre a possibilidade de as classes excluídas lograrem êxito em disputas com a classe dirigente, apesar de estas disputas em um sistema hegemônico serem extremamente desiguais (GRAMSCI, 2002, p. 138-140).

A Hegemonia, portanto, segundo o conceito Gramsciano, pressupõe a disseminação das ideias de uma determinada classe, estabelecendo um relativo consenso social sobre a sociedade civil, capaz de dar suporte à dominação de determinada classe no âmbito estrutural. O domínio das ideias de uma determinada classe na sociedade civil possibilita a esta estabelecer condutas aos demais grupos através da persuasão e não da coerção.

### O amanhecer do neoliberalismo

Após o final da segunda guerra mundial, o contexto político-econômico internacional passa por significativas mudanças, a consolidação dos Estados Unidos como a maior potência ocidental e a repartição do mundo sobre uma ordem bipolar, baseada na dicotomia entre modelos estritamente opostos, a saber, economias centralmente planejadas, baseadas no modelo Soviético, e economias de mercado, afetaram substancialmente o direcionamento político-econômico dos demais países. Observou-se no mundo ocidental, a predominância do modelo de economia de mercado, mas com profunda intervenção estatal no planejamento da economia. O principal difusor deste

modelo foi o Plano Marshall, um pacote econômico que contou com a direção dos Estados Unidos e visava à reconstrução da economia dos países afetados pela guerra, mas que influenciou todo o sistema econômico internacional. No Brasil, este modelo de economia de mercado com planejamento estatal foi aplicado pelo Estado Nacional Desenvolvimentista através do modelo de substituição de importações (PEREIRA & DINIZ, 2009, p. 83). Desde a década de 1930, o país vinha consolidando o modelo de desenvolvimento econômico pautado no fortalecimento do mercado interno, com participação do empresariado nacional, e, sobretudo, do Estado na categoria de investidor. Contudo, o país não foi capaz de superar a dependência com relação ao financiamento e à tecnologia importadas do setor externo, o que determinou um profundo estrangulamento da balança de pagamentos a partir da década de 1970, culminando na crise da dívida externa brasileira e substituição do modelo de desenvolvimento nacional.

Esta substituição teve início já na década de 1970, quando o modelo desenvolvimentista começa a entrar em crise e a dar sinais de esgotamento em âmbito mundial. As crises da década de 1970, desencadeadas principalmente pelos choques do petróleo em 1973 e 1979, foram responsáveis por dar início à substituição do modelo na Europa e nos Estados Unidos. A década seguinte, 1980, foi marcada por diversas crises econômicas internacionais que abalaram praticamente todos os países em desenvolvimento. A abrupta elevação das taxas de juros internacionais, determinada pelos Estados Unidos como resposta à crise do petróleo de 1979 e o grande montante de empréstimos tomados a juros pós-fixados pelos países da América Latina, determinaram um estrangulamento de seus balanços de pagamentos e a impossibilidade de levar adiante o modelo de desenvolvimento que vinha se processando (OLIVEIRA, 1977, p. 86).

A partir da crise dos anos 1980, o modelo neoliberal, que já estava amplamente difundido nas economias centrais do ocidente, começa a ganhar força dentro dos países da América Latina. No Brasil, com a gradual abertura política a partir do final da década de 1970, se reacendem as discussões acerca dos modelos de desenvolvimento possíveis para o país. Com a impossibilidade de se retomar o modelo do período anterior e a dificuldade em se estabilizar a economia do país, a doutrina neoliberal começa a ocupar espaço nas forças políticas nacionais. O fracasso dos planos econômicos lançados neste período, com a tentativa de estabilizar a economia e principalmente controlar a inflação, evidenciou ainda mais o esgotamento do modelo desenvolvimentista (PEREIRA & DINIZ, 2009, p. 85-87). Paralelamente, o colapso do bloco socialista, em 1989, favoreceu a ascensão do neoliberalismo como único

caminho possível aos países que se encontravam em crise.

Apesar da transição democrática ter sido realizada sem a ruptura do bloco político que influenciava as políticas econômicas no período da ditadura, ou seja, sem o alijamento das ideias que sustentavam o modelo desenvolvimentista, não tardou para que o modelo neoliberal tomasse as rédeas da política nacional. Isto porque a estratégia implementada logo após a redemocratização do país não foi capaz de estabilizar a economia e retomar o crescimento. A ideologia neoliberal que há algum tempo já se ocupava de consolidar-se sobre certos grupos sociais de importância econômica, entre eles os setores exportadores e o setor financeiro, aproveitou-se do momento propício para dar início ao processo de transição na política nacional.

*(...) seria errôneo atribuir as vitórias das candidaturas neoliberais em 1989 e em 1994 apenas à manipulação do processo eleitoral. No nosso entender, essas vitórias são um indicador de que estamos assistindo a um processo – mais amplo e mais complexo do que o próprio processo eleitoral – de constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais (BOITO, 1996, p. 80).*

Esta conquista política, entretanto, não foi um processo desvinculado da realidade orgânica do país, ela foi o reflexo de uma reconfiguração na estrutura da sociedade brasileira, a qual substituiu gradualmente o modelo desenvolvimentista pelo neoliberalismo, passando invariavelmente pela reconfiguração da estrutura de classes dentro do país. Os grandes conglomerados econômicos do setor financeiro, que desde o início da década de 1980 se fortaleciam no cenário internacional com a reestruturação das economias centrais e a mudança do paradigma econômico mundial, passaram a pressionar os países periféricos no sentido da adesão ao modelo neoliberal, por outro lado, aliaram-se a grupos econômicos nacionais reforçando o viés neoliberal (PEREIRA & DINIZ, 2009, p. 86).

Este processo de edificação do modelo neoliberal, que se iniciou em meados da década de 1980, a partir da difusão deste modelo em diversos setores da economia brasileira, obteve seu coroamento em 1991, com a reestruturação do governo Collor.

*Em 1991, com o início do segundo governo Collor, ou seja, com a mudança geral do ministério que ocorre e, especialmente, com a mudança da equipe econômica, a nova coalizão política liberal,*

*conservadora e cosmopolita que estava formando-se desde o fracasso do Plano Cruzado, chega ao poder. A partir de então, o país estará sob o domínio do pacto liberal-dependente. Dele passam também a ser excluídos os empresários industriais e a burocracia pública que, entre 1930 e 1986, haviam sido as duas principais classes dirigentes (PEREIRA, 2007, p. 26).*

Após a reestruturação do governo Collor, o país assina um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1991, por meio do qual se sujeita a cumprir as exigências estabelecidas por esta instituição como contrapartida ao empréstimo financeiro. O acordo submete o Estado brasileiro ao projeto político-econômico neoliberal, impondo uma dura austeridade à economia nacional acompanhada de rígidas metas fiscais ao Estado e pressões para desregulamentação do mercado interno, compostas pelas diretrizes estabelecidas pelo Consenso de Washington<sup>2</sup>.

A nova divisão internacional do trabalho e o neoliberalismo

Estas conquistas do neoliberalismo no âmbito político nacional estão ligadas obviamente a movimentos no âmbito da estrutura, no âmbito econômico da sociedade, ou seja, como o próprio Gramsci afirma, as mudanças superestruturais possuem uma natureza orgânica. A grande difusão do modelo neoliberal ao redor do mundo e a sua rápida implantação em diversos países indicam profundas transformações dentro da estrutura das sociedades. Sendo assim, cabe analisarmos quais foram as transformações que ocorreram no âmbito estrutural que acarretaram estas modificações.

O neoliberalismo representa uma nova configuração da divisão internacional do trabalho, ele substitui a antiga hierarquia baseada principalmente nas trocas entre países produtores de bens manufaturados de alta tecnologia, países produtores de bens manufaturados de média e baixa tecnologia e de matérias primas e commodities. Por uma nova configuração, porém sem a ruptura da relação de dependência estabelecida por parte dos países periféricos ou em desenvolvimento e os países centrais ou desenvolvidos. A nova conjuntura esta baseada na separação entre os países centrais, detentores do grande capital, que atuam como investidores no mercado internacional

---

<sup>2</sup> Série de reuniões entre economistas do FMI, do Bird e do Tesouro Americano, realizadas durante o início dos anos 1990 em Washington D.C, através das quais se estabeleceu uma série de recomendações aos países em desenvolvimento como forma de solucionar a crise fiscal dos anos 1980. (SANDRONI, 2010, p.179).



através dos Investimentos estrangeiros diretos (IED), além de permanecerem como os principais produtores de tecnologias e modelos organizacionais para as cadeias produtivas internacionais; os países semiperiféricos, principais produtores de manufaturas em geral; e os países periféricos, fornecedores de matérias-primas (POCHMMAN, 2001, p. 13).

A principal distinção deste sistema para o anterior reside na ascensão do capital financeiro, que passa a ocupar um papel primordial no processo de acumulação capitalista a partir de então, protagonizando, ao lado das grandes corporações transnacionais, o principal setor da economia capitalista na atualidade. Os países centrais conservaram, portanto, o monopólio dos processos de produção tecnológica e logística produtiva, aliados ao novo epicentro da economia mundial, o capital financeiro, concentrado pelos grandes bancos e empresas desses países.

Estas reconfigurações do padrão de acumulação capitalista a nível mundial estabeleceram reajustes no seio das classes dominantes, a burguesia financeira elevou-se ao posto mais alto do direcionamento das políticas econômicas nos países centrais, expandindo suas políticas, posteriormente, ao maior número de países possíveis, dentre eles o Brasil e grande parte da América Latina. Esta classe, ou fração de classe, tomou as rédeas do processo de acumulação capitalista nesta nova etapa do seu desenvolvimento, constituindo-se, a partir de então, na fração de classe dirigente do “*bloco político ideológico*” (PEREIRA & DINIZ 2009. p. 89).

Além do capital financeiro, as relações de dependência entre os países periféricos e centrais na nova divisão internacional do trabalho se realizam através das empresas transnacionais. Com a flexibilização dos fluxos de capitais e a maior liberalização dos mercados, a expansão das cadeias produtivas dessas empresas para os países periféricos, que no Brasil se intensificou a partir da década de 1950, consolida a preponderância do capital externo também sob o processo produtivo realizado dentro dos países periféricos, estabelecendo um domínio horizontal sob a cadeia de valor gerada pelo processo produtivo, constituída pelo: capital financeiro, tecnologia e logística e produção.

*[...] a globalização mudou a importância relativa dos fatores geradores de interdependência. De modo mais preciso, notamos os seguintes fatos:*

- *O investimento internacional domina a internacionalização, mais do que as trocas o fazem, e portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio dos bens e serviços.*

- *Os fluxos de trocas intrafirmas vêm adquirindo peso cada vez maior.*
- *O investimento internacional é claramente fortalecido pela globalização das instituições bancárias e financeiras cujo efeito é facilitar as fusões e aquisições transnacionais.*
- *Ao lado dos meios anteriores de transferência internacional de tecnologia, tais como a concessão de franquias e o comércio de patentes, apareceram novas modalidades para acordos interempresas quanto à tecnologia que, frequentemente, se tornaram o principal meio para as empresas e o país terem acesso a novos conhecimentos e às tecnologias-chave (CHESNAIS, 1995, p. 5).*

O neoliberalismo constitui-se, assim, no modelo político referente à nova conjuntura econômica da estrutura. E a sua implantação nos países da América Latina, inclusive no Brasil, significou a predominância desta conjuntura nestes países.

#### Grupos Sociais e a Hegemonia neoliberal no Brasil

O neoliberalismo no Brasil foi claramente um modelo político importado dos países centrais, não sendo, portanto, um modelo projetado com relação às especificidades nacionais. A implantação deste modelo na América Latina possui objetivos muito bem definidos. Em primeiro lugar, o ajuste monetário e fiscal, que possibilitaria a estes países o pagamento, ou ao menos a rolagem, de suas dívidas públicas. E a desregulamentação econômica e dos fluxos financeiros, possibilitando uma maior abertura de seus mercados e maior liberdade aos fluxos de capitais. Como o capital financeiro e as grandes empresas transnacionais já haviam logrado estabelecer sua predominância nos países centrais, estes tornam-se os maiores difusores do modelo neoliberal para o restante do mundo.

O modelo aplicado pelos países centrais surge como um modelo em oposição ao “Estado de Bem-estar<sup>3</sup>” que estava em crise, visando principalmente a diminuição dos gastos do Estado, privatizações e uma reforma

---

<sup>3</sup> Sistema econômico de livre mercado, porém com ativa participação do Estado através de uma progressiva política fiscal capaz de garantir benefícios sociais mínimos como: moradia, saúde, previdência social, educação, seguro desemprego etc. Após a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da economia europeia buscou a implantação deste modelo em seu território, paradigma que viria a ser alterado com a ascensão do neoliberalismo a partir da década de 1980 (SANDRONI, Paulo. op. cit. 2010).

tributária. Nos países periféricos, além do ajuste fiscal visando à manutenção da dívida pública, o neoliberalismo previa a abertura dos mercados internos destes países, até então protegidos pelo Estado. Possibilitando a exploração, pelo capital dos países centrais, de grande quantidade de “ativos econômicos” existentes nestes países (SALLUM, 1999, p. 7).

Mesmo com este caráter antinacionalista, o neoliberalismo consolidou-se sem maiores dificuldades nas correntes econômicas nacionais, isto porque, como já havíamos dito anteriormente, a crise do nacional desenvolvimentismo e a falta de perspectivas alternativas acelerou o processo de transição de um modelo para o outro.

A mudança de postura de parte da burguesia nacional foi decisiva na alteração do modelo político-econômico neste período, gradativamente a classe dominante foi convergindo para esta nova arquitetura econômica, abandonando, conseqüentemente, as preposições que alicerçavam o modelo desenvolvimentista. Passou-se a combater a intervenção estatal na economia, assim como a redução e privatização das empresas estatais, defendia-se ainda a desregulamentação econômica e a atração do capital estrangeiro. Este movimento convergiu no projeto “Brasil Moderno<sup>4</sup>”, oriundo de camadas da burguesia nacional, que pregavam a desregulamentação econômica, abertura comercial, redução da carga tributária e a estabilização da economia, como requisitos à recuperação da economia brasileira.

Entretanto, apesar da crise do nacional desenvolvimentismo, da submissão da burguesia nacional e da reestruturação da divisão internacional do trabalho, a implantação do neoliberalismo no Brasil teve de operar com dois condicionantes: o fortalecimento de setores políticos oriundos das classes populares, a partir do final da década de 1980, principalmente através do movimento sindical. O que culminou com a consolidação de demandas populares na Constituição de 1988 e em uma perspectiva de maior participação das classes populares no direcionamento político do Estado (LENARDAO, 2008, p. 198). E, além disso, com a histórica influência de determinadas oligarquias políticas que consolidaram no país um sistema de beneficiamento e apropriação do Estado, estruturado em práticas que foram enraizando-se na política nacional no percurso histórico e que servem de perpetuação do poder

---

<sup>4</sup> A respeito do projeto Brasil moderno, veja-se: BALTAR, Ronaldo. A reconstrução do discurso sobre o 'Brasil Moderno' e a idéia de 'Desenvolvimento' pós-transição democrática. In. CHAIA, Vera Lucia Michalany; MACHADO, Eliel Ribeiro. Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectivas. 1ed. São Paulo: Editora Paulus, 2009.

destes grupos, como o clientelismo e o patrimonialismo. E, o fato de o desenvolvimento capitalista nacional não ter sido capaz de romper com estas oligarquias arcaicas no país condicionou toda a trajetória política brasileira, que teve de conciliar a existência de uma classe fundamental na estrutura, a burguesia e uma classe politicamente muito influente, a oligarquia nacional (RANGEL, 2005, p. 293-294).

Esta conjuntura forçou a reforma neoliberal a estabelecer uma “aliança” com os grupos sociais mais atrasados da sociedade brasileira, para poder assim implementar em um primeiro momento a sua plataforma de governo. Esta “aliança” formada por parte da burguesia nacional, o grande capital financeiro e o exportador, os grupos da oligarquia brasileira e dirigida de fora pelo capital financeiro dos países centrais e as grandes empresas transnacionais, formou o “*bloco político ideológico*” da hegemonia neoliberal no país (LENARDAO 2008 p. 200). Apesar do aspecto de modernização que o discurso neoliberal simbolizou no país, a aplicabilidade do mesmo esteve condicionada a esta aliança estabelecida principalmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, que acabou unindo os representantes do “moderno” e do “atrasado” no país.

*O “pacto conservador” poderia, então, ser descrito como “bloco político ideológico”, já que teria sido capaz de articular, intelectualmente, “uma aliança bem-sucedida entre o que se poderia chamar de ‘cosmopolitismo de cócoras’ de uma parte da intelectualidade paulista e carioca atrelada às altas finanças internacionais, e o localismo dos donos do sertão e da malandragem urbana brasileira (LENARDAO, 2008, p. 200).*

Esta foi a “solução” encontrada pelos proponentes do projeto neoliberalista no Brasil como forma de se contrapor ao fortalecimento das forças políticas populares e, ao mesmo tempo, garantir a governabilidade necessária para a consolidação do programa neoliberal, principalmente no que diz respeito às medidas antipopulares contidas neste. Desta forma, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, observou-se no país uma improvável aliança entre os setores comprometidos com a “modernização” do país e aqueles setores representantes das práticas políticas mais arcaicas, relacionadas com o clientelismo e o patrimonialismo Estatal (LENARDAO, 2008, p. 201-203).

Esta aliança determinou os rumos do desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil, uma vez que, ao mesmo tempo em que garantiu ao governo a força política necessária à implantação dos projetos e à transformação da

estrutura político-econômica no país, ela estabeleceu determinados limites à modernização do Estado e principalmente da política nacional. Estes limites representam o ponto de divergência entre os interesses da classe fundamental e os interesses das classes que constituíam o bloco político hegemônico, a saber, as oligarquias políticas. Por este motivo, o projeto de modernização neoliberal no Brasil não alterou as características arcaicas presentes na política nacional, pelo contrário, utilizou-se destas como ferramenta para atingir os seus objetivos no âmbito econômico.

A lógica estruturante da aliança entre os setores arcaicos e modernos realizou-se através da troca de favores entre o poder Executivo, sob a direção dos interesses neoliberais, e setores do poder Legislativo, compostos em grande parte pelos representantes dos setores arcaicos. Com grande autonomia para nomeação de cargos públicos de alto escalão e, principalmente, na determinação do orçamento público, o Executivo utilizou-se deste “poder” para barganhar apoio político do Legislativo, através do favorecimento aos projetos políticos de parlamentares que votavam a favor das emendas do governo, ao passo que vetavam-se as emendas de parlamentares que votavam contra os interesses do governo (LENARDAO, 2008, p. 204). Esta foi a tônica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), período de consolidação do neoliberalismo no país.

*Um acompanhamento da orientação partidária na atuação dos parlamentares na legislatura que vai de 1999 a 2002 confirma a participação daqueles partidos ligados às oligarquias e às políticas do “atraso” na implementação da “modernidade” neoliberal no Brasil, no que se refere às reformas de cunho neoliberal (flexibilização da CLT; fator previdenciário; fim do Regime Jurídico Único (RJU); conciliação na empresa; privatização da previdência do servidor; prescrição dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais; lei de responsabilidade fiscal) (LENARDAO, 2008, p. 207).*

Desta forma, a classe fundamental na conjuntura brasileira assumiria o papel de classe dirigente do bloco político ideológico, cabendo às demais classes inseridas na “aliança” fornecerem a base para a manutenção desta hegemonia. Podemos observar aqui como a hegemonia neoliberal estabeleceu a hierarquia dos grupos sociais no Brasil, estando a burguesia financeira nacional e internacional, incumbidas de dirigirem a hegemonia, apoiados sobre os demais setores da burguesia e a oligarquia nacional. As classes populares, que constituem o grupo social excluído do bloco hegemônico no modelo neoliberal,

não compartilham da direção do sistema hegemônico. Suas demandas só podem ser encabeçadas pelo Estado na medida em que não contradigam os interesses do grupo dominante, ou diante da necessidade deste grupo em angariar o apoio das classes excluídas ao seu projeto político-econômico.

Contudo, o que se observou no Brasil, durante o período de implantação do modelo neoliberal, foi uma redução das demandas dos grupos subalternos, aliada à expansão do apoio ao modelo proposto pelo bloco hegemônico (BOITO, 1996, p. 82). O que pode ser relacionado com o longo período de crise econômica que culminou na erosão do modelo desenvolvimentista e o fracasso das tentativas de estabilização da economia durante os anos 1980. Dessa forma, as classes populares encontravam-se mais suscetíveis a serem cooptadas, sem receberem em contrapartida concessões por parte das classes dirigentes.

*Já a hegemonia neoliberal, que ainda se encontra em processo de constituição no Brasil dos anos 90, pode ser qualificada de regressiva, na medida em que implica, numa inversão que tem intrigado a intelectualidade crítica, sacrifícios das classes populares em proveito das classes e frações que integram o bloco no poder. Ou seja, a adesão ou a passividade de setores populares diante do neoliberalismo não se assenta em reformas e concessões reais do bloco no poder às classes e setores subalternizados; convive, isto sim, com a restrição, ou eliminação, de direitos sociais obtidos na situação anterior (BOITO, 1996, p. 81).*

No caso brasileiro, o neoliberalismo utilizou-se do discurso da caça aos privilégios para difundir-se como uma política popular, jargões políticos como “caça aos marajás” e “fim dos monopólios e dos favorecimentos” para relacionar as políticas neoliberais com o combate a um grande mal da política nacional. Com este discurso contra os privilégios, o neoliberalismo foi ampliando a sua adesão dentro das classes populares, contrárias ao sistema de privilégios do Estado Patrimonialista.

Contudo, os “privilégios” que o projeto visava extinguir eram aqueles conquistados por parte das classes populares, como os direitos trabalhistas e os serviços sociais provenientes do Estado. Como estas conquistas não estavam difundidas homogeneamente pelas classes populares, o neoliberalismo pode criar conflitos entre os setores da própria classe trabalhadora, que ao invés de lutarem para nivelar a condição dos trabalhadores, de acordo com os mais “privilegiados”, passaram a lutar, cada setor, para retirar os direitos daqueles que possuíam melhores condições, nivelando por baixo, seus próprios direitos. Colocou assim os trabalhadores uns contra os outros, os “pobres contra os

miseráveis”, acusando algumas poucas camadas de trabalhadores de terem privilégios em detrimento de outras: privilégios de uma determinada categoria frente a outras, privilégio do trabalhador do setor público frente ao trabalhador do setor privado etc. Desta forma o neoliberalismo pode caracterizar os direitos sociais como privilégios, e assim, efetuar a redução destes direitos sem a objeção e até mesmo com o apoio de grande parcela dos trabalhadores (BOITO, 1996, p. 105).

O neoliberalismo passou a conquistar maior adesão das classes populares sem que fosse necessário para isso o prolongamento dos mecanismos coercitivos existentes no Estado brasileiro. Gradativamente, observou-se um processo de adesão por parte das instituições que representavam as classes populares ao consenso neoliberal. Em um primeiro momento, a adesão ficou restrita a aqueles setores menos combativos da classe trabalhadora, com histórico de maior alinhamento com os governos de direita. Foram os casos das centrais sindicais “pelegas” que passariam imediatamente a defender uma posição de barganha diante das políticas neoliberais, sem realizar uma crítica mais profunda a este projeto.

*O campo pelego aderiu, portanto, ao neoliberalismo, mas isso se deu em decorrência da constituição de governos neoliberais. Esse fato, a despeito de não configurar a constituição de uma corrente sindical enraizada nas massas e consistentemente neoliberal, contribuiu, contudo, para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores (BOITO, 1996, p. 84).*

A cooptação do “bloco político ideológico” não ficou restrita às centrais sindicais, ela permeou também as principais lideranças políticas partidárias das classes populares. Nesse sentido, é preciso destacar o processo de conversão do Partido dos Trabalhadores (PT), que durante o final da década de 1980 representava uma forte influência dos setores de esquerda na política brasileira, chegando próximo do êxito eleitoral em 1989. E que, a partir da escalada neoliberal no país, passou a assumir posições menos combativas, distanciando-se de sua concepção trabalhista e aproximando-se do consenso neoliberal. Processo que culminou com o partido tomando a dianteira das políticas neoliberais após sua chegada ao poder em 2003.

A “absorção” no campo político do Partido dos Trabalhadores coroou a consolidação da hegemonia neoliberal no país. Este processo que Gramsci denomina de “Transformismo” configura-se na cooptação, por parte da classe dirigente, dos líderes políticos das classes subalternas e excluídas, para assim

consolidar sua posição e evitar perturbações dentro do sistema hegemônico.

### Considerações Finais

O modelo político neoliberal experimentou uma profunda absorção na sociedade brasileira, resultado do longo processo de transformação ocorrido no âmbito econômico, transformação esta que ocorreu em escala mundial e representou uma nova fase da divisão internacional do trabalho. No Brasil, os efeitos desta sucessão resultaram na ruptura do Estado Nacional Desenvolvimentista. Da nova conjuntura econômica emergiu a burguesia financeira para o posto de classe fundamental do capitalismo no mundo e consolidou o Estado Neoliberal como o representante oficial de sua ideologia.

Ao que nos parece, a ideologia neoliberal vem se consolidando no Brasil desde meados da década de 1980, quando os primeiros efeitos das transformações econômicas atingiram definitivamente o país, alcançando o poder político a partir do governo de Fernando Collor 1990-1992 e, desde então, a sociedade política esteve sobre forte influência da corrente neoliberal. Quase trinta anos após o início da escalada neoliberal no país, este modelo político se mantém consolidado sobre a sociedade civil e política, constituindo-se em um sistema hegemônico. Prova disto é a adesão do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, teoricamente representantes dos grupos sociais excluídos do sistema hegemônico, ao modelo neoliberal.

Os governos do PT, até o presente momento, se demonstraram inseridos na ideologia neoliberal e amplamente coniventes com os interesses das classes “fundamentais” da economia. Com relação à CUT, o chamado “Pacto Social da Previdência” ao qual esta tratou de aderir, articulou a reforma da Previdência Social no país, retirando direitos históricos dos trabalhadores. Abrindo mão de diversas propostas em favor dos trabalhadores, a CUT passou a entoar o discurso neoliberal de ataque aos “privilégios”, abandonando a sua característica combativa ao modelo neoliberal. A adesão do PT e da CUT à hegemonia neoliberal demonstrou o enrijecimento dos quadros da sociedade civil e política sobre a hegemonia deste sistema, indicando uma profunda consolidação deste na superestrutura da sociedade brasileira. Comprova também a tese de que uma hegemonia não pode ser sobrepujada apenas pela conquista da sociedade política, ou mesmo da própria sociedade civil, é preciso ainda sobrepujar o sistema econômico que é a base deste sistema hegemônico. Para substituir o modelo neoliberal não basta apenas confrontá-lo dentro da superestrutura, é



preciso principalmente combater o “modus operandi” da economia nacional, na estrutura. É através da superação da conjuntura econômica, ou seja, da reconfiguração da estrutura, que se tornara possível desconstruir a hegemonia deste sistema.

O que se observa desde o início da atuação deste modelo no país é a predominância das metas de estabilização da economia, o controle da inflação e o superávit primário, seguindo o receituário do consenso de Washington. O país convive com ciclos de ligeiras expansões e momentos de retração de sua economia, demonstrando uma grande orquestração com as oscilações da economia mundial. Característica própria dos países que aderiram ao modelo neoliberal, responsável pelo processo de “integração” das economias dos países periféricos ao cenário econômico internacional, realizando esta “integração” dentro da lógica da divisão internacional do trabalho, ou seja, uma integração vertical, que mantém os países periféricos na condição de dependência.

É preciso transformar, portanto, a estrutura da sociedade brasileira, edificar um modelo que esteja pautado nas realidades nacionais e possua o objetivo de desenvolver a economia do país. A dificuldade reside no fato de as elites nacionais até o presente momento se apresentarem deficientes no processo de condução da sociedade. Este papel esteve ou na mão de agentes internacionais ou do próprio Estado brasileiro. Em ambos os casos, entretanto, os interesses das classes dominantes estiveram à frente da sociedade, no caso dos agentes internacionais, ligados aos interesses das classes economicamente dominantes no período, e, no caso do Estado, ligado aos interesses da classe detentora do poder político. Este fato condicionou o desenvolvimento do país aos interesses privados destes grupos.

## Referências

BALTAR, Ronaldo. A reconstrução do discurso sobre o 'Brasil Moderno' e a idéia de 'Desenvolvimento' pós-transição democrática. In. CHAIA, Vera Lucia Michalany; MACHADO, Eliel Ribeiro. **Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectivas**. 1ed. São Paulo: Editora Paulus, 2009.

BIANCHI, Álvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del carcere". In. Rev. **Utopia y Praxis Latinoamericana**. vol.12, no.36, p.35-55. 2007

BIANCHI, Álvaro. Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial. In. Rev. **Outubro**. n. 8 2003.

BOITO Jr. Armando. A hegemonia neoliberal e o sindicalismo no Brasil. In

- Rev. **Crítica Marxista**, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- CHESNAIS, Francois. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In. **Economia e Sociedade**. Campinas, (5):1-30, dez.1995.
- COUTINHO, Carlos Nélon. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus 1992.
- FERREIRA, Oliveiros. **O Fim do Poder Civil**. Editora: Convívio. São Paulo. 1966.
- GIFFIN, Karen Mary. Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais? In. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, Dec. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. Antonio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 1968.
- LACLAU, Ernesto. MOUFFE Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista Hacia una radicalización de la democracia**. Madri. Siglo XXI. 1987.
- LENARDAO, Elcio. A relação entre "modernização" neoliberal e práticas políticas "atrasadas" no Brasil dos anos 1990. In. Rev. **Sociologia e Política**. v. 16, Nº 31. pp. 197-214. 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. In. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 84, 2009.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Rev. In. **Sociologia e Política**. Curitiba, n. 28, Jun. 2007.
- PERRY, Anderson. Algumas notas históricas sobre Hegemonia. In. **Revista Margem Esquerda**. n 14. Editora Boitempo. São Paulo. 2010.
- POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Editora Editempo, 2001.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. 142 p.
- RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p.p 285 – 355.
- RAMPINELLI, Waldir José. A Presidência Imperial e o Terror de Estado. In. **Revista Mediações**. Vol 15, n.1 (jan/jun 2010) Londrina: Midiograf, 2010.
- SALLUM Jr, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In **Tempo Social**, Rev. Sociologia USP, São Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- VIOLIN, Tarso Cabral. A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, Por Antonio

Gramsci. In. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

The construction of the neoliberal "hegemony" in Brazil

ABSTRACT

This paper aims to understand the ways in which the neoliberal political-economic approach organized the establishment of its "hegemony" in Brazil in the late twentieth century. By connecting the changes observed in the structure of international and national societies, the transformation of dominant groups and the consolidation of the neoliberal model in Brazil, the paper deals with the historical background of the neoliberal politics in Brazil. In order to do that, the paper presents a discussion on the concept of hegemony as pointed out by Gramsci, transposing it to the Brazilian political reality.

Keywords: Hegemony, Neoliberalism, International Division of Labor.